

Junta de Freguesia

SANTA CLARA



Ata número 13

Sessão Ordinária realizada no dia 16 de
Junho de 2023



1 ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA
2
3 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA CLARA
4
5 REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2023
6

7 **ATA NÚMERO TREZE**
8
9

10 No dia 16 de Junho de 2023, reuniu nas instalações da Junta de Freguesia, sito no Campo das
11 Amoreiras, a Assembleia de Freguesia de Santa Clara, sob a presidência do seu presidente, Carlos
12 Alberto Martins da Silva Poiares, coadjuvado por Nuno Ricardo Marques Ventura, Primeiro
13 Secretário e José António Geraldo Lopes Moreira, Segundo Secretário.

14 Assinaram a lista de presenças, para além dos mencionados, os seguintes membros da assembleia:
15 Rogério Gomes dos Santos, Ermelinda Morgado, Carlos Alberto Mendes dos Reis, Mafalda
16 Alexandra Lobo Pereira, Maria José Pinheiro da Cruz, Andreia de Barros Pessoa Pires Cordeiro,
17 Helena Cláudia Ferreira da Silva, David Afonso da Costa Ferreira, Manuel da Luz do Nascimento,
18 Ricardo Luís Correia Martins de Barros Duarte. Às 21h00, constatada a existência de *quorum*, o
19 Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.

20 Constava da convocatória a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

- 21 A) Período de Intervenção do Público;
22 B) Período Antes da Ordem do Dia:
23 1. Apreciação e votação das atas número 10, 11 e 12 da Assembleia de Freguesia;
24 2. Expediente e pedidos de informação ou esclarecimento;
25 C) Ordem do Dia:
26 1. Apresentação e votação da Minuta do Contrato de Delegação de Competências
27 no âmbito da recolha de resíduos indevidamente depositados junto aos ecopontos;
28 2. Apresentação e votação do Contrato Interadministrativo de Cooperação no
29 âmbito da higiene urbana, com incidência na limpeza das vias e espaços públicos
30 da freguesia;
31 3. Apresentação e votação da Minuta do Contrato de Delegação de Competências
32 relativo aos Territórios Próximos, Territórios Sustentáveis, Territórios
33 Dinâmicos, Territórios Solidários e Territórios Saudáveis;
34 4. Apresentação e votação do Contrato Interadministrativo de Cooperação no
35 domínio dos equipamentos urbanos, de tempos livres e de desporto;
36 5. Apresentação, discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento
37 de 2023 e a 2ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento em
38 2023;
39 6. Apresentação, discussão e votação da 1ª Alteração do Mapa de Pessoal da
40 Freguesia para 2023;
41 7. Apreciação da Informação Escrita da Junta de Freguesia de 1 a 30 de Abril de
42 2023 e Informação Financeira da Junta de Freguesia de 1 de Janeiro a 30 de Abril;
43 8. Apresentação e votação da ata em minuta referente às deliberações tomadas.

44 **Presidente da Assembleia** Iniciou a sessão. Informou que há um pedido de substituição do Sr.
45 Rui Castello-Branco, do CDS-PP, do PS pediram a substituição o Sr. Pedro Matias, a Sra. Sara
46 Madeira e a Sra. Alexandra Afonso, do PCP pediram a substituição o Sr. Bruno Rolo e o Sr.
47 António Moreira da Fonte. Passou ao ponto A da Ordem de Trabalhos – Período de Intervenção
48 do Público. Não houve inscrições. Passou ao ponto B da Ordem de Trabalhos - Período Antes da
49 Ordem do Dia. Passou ao ponto 1 do PAOD - Apreciação e votação das atas número 10, 11 e 12
50 da Assembleia de Freguesia. Deu a palavra à Sra. Helena Silva.

51 **Helena Silva** Na ata nº 10, na lista de presenças falta um elemento do PCP, que é o Sr. David
52 Ferreira, e solicitou a correção.

53 **Presidente da Assembleia** A retificação vai ser feita. Submeteu à votação a ata nº 10, ao qual foi
54 aprovada por unanimidade. Passou à ata nº 11. Submeteu à votação a ata nº 11, ao qual foi
55 aprovada por unanimidade. Passou à ata nº 12. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

56 **Ricardo Duarte** Na linha 186, onde se lê "...e curiosamente o partido proponente que apresenta
57 isto propõe abertamente a distinção de serviços públicos...", não é distinção, é extinção.

58 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação a ata nº 12, ao qual foi aprovada por unanimidade.
59 Passou ao ponto 2 do PAOD - Expediente e pedidos de informação ou esclarecimento. Há moções
60 da CDU, do Chega e do BE. Passou à recomendação "Por uma intervenção construtiva no âmbito
61 da intervenção no loteamento de iniciativa municipal no Alto do Chapeleiro", apresentada pelo
62 BE. Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

63 **Ricardo Duarte** Chegou-lhes ao conhecimento que a comunicação e os procedimentos por parte
64 da CML não estão a ser muito claros, há divergências de informações, são efetuadas intimações
65 para a retirada dos locais de um dia para o outro, há caixas elétricas que para alguns é suposto
66 estarem a coberto de toda a intervenção, para outros não, o departamento de urbanismo não está
67 a garantir uma comunicação correta com a população, e isto era preocupante, calculava que
68 também preocupava o Executivo, perante tudo isto e perante do que se está a passar,
69 nomeadamente em relação a espaços utilizados há mais de 30 anos, como uma horta urbana, e
70 não punham em causa a intervenção, a intervenção é necessária e de facto aquela zona será
71 beneficiada pela intervenção que está a decorrer, o que punham em causa é a forma como as coisas
72 estão a ser feitas, e o que recomendam é que medeie, dentro das suas competências entre a CML
73 e os moradores, que manifeste junto do departamento de planeamento urbano da CML o seu
74 desagrado quanto à forma como a comunicação com os moradores está a ser efetuada, que exija
75 que a mesma seja clara, concreta, uniforme e perceptível para todos, e nomeadamente o destino a
76 dar àquela área de hortas urbanas, nas traseiras da Rua Norberto Lopes, e ainda que aquele espaço
77 deixe de ser ocupado por hortas urbanas, seja feito com consulta aos moradores e tomem em
78 consideração as suas opiniões, que o Executivo exija do referido departamento a consulta aos
79 moradores quanto às opções tomadas e a tomar no âmbito da intervenção, pois só assim a
80 intervenção poderá ser elevada ao seu máximo potencial e efetivamente atingir aquele que deve
81 ser o seu propósito, ou seja, melhorar as condições de vida da população local.

82 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

83 **Rogério Santos** A recomendação refere que há falhas de comunicação entre o empreiteiro, a CML
84 e a população, o Executivo estará sempre disponível para ser um mediador, e nesse sentido irão
85 abster-se.

86 **Presidente da Assembleia** Submeteu à votação, ao qual foi aprovada por maioria, com 6
87 abstenções, 5 do PS e 1 do CDS-PP, e 6 votos a favor, 2 do PSD, 2 do PCP, 1 do Chega e 1 do
88 BE. Passou à moção "Por medidas urgentes para minimizar os constrangimentos nos transportes
89 públicos em Lisboa, em particular os decorrentes das obras no metro do Campo Grande". Deu a
90 palavra à Sra. Helena Silva.

91 **Helena Silva** Esta recomendação diz respeito aos constrangimentos nos transportes públicos,
92 nomeadamente no Metropolitano de Lisboa relativamente às obras de expansão da linha e às
93 intervenções de modernização dos sistemas de sinalização de via, uma das coisas que pretendiam
94 retificar diz respeito à última frase que consta na primeira página "...redução da oferta de
95 comboios de 6 para 3 carruagens...", esta situação já se encontra regularizada, já estão a circular
96 6 carruagens na linha verde, mas todos os outros argumentos se mantêm, desde o entendimento
97 do PCP em relação a estas obras de expansão, a opção errada que subjaz a estas obras, a criação
98 de uma linha circular desde a primeira hora, o PCP denunciou e criticou este projeto, por entender
99 que a prioridade que se impõe é a expansão da rede de metro a zonas da cidade e fora da cidade,
100 mas da área metropolitana de Lisboa onde o metro não chega, nomeadamente a Alcântara, à zona
101 ocidental de Lisboa, Benfica através de Telheiras e a Loures através da linha amarela,
102 relativamente a estes constrangimentos que têm lugar desde 2 de Maio são geradoras de
103 insegurança, de confronto entre utentes, aglomeração de pessoas no cais, propõem nesta moção é
104 que a Assembleia de Freguesia inste o Metropolitano e o Governo a adotarem medidas efetivas
105 que minimizem os impactos resultantes nos constrangimentos dos transportes públicos de Lisboa,
106 em particular os decorrentes das obras no metro do Campo Grande, através da aplicação de
107 soluções técnicas já utilizadas em obras desta dimensão, entre as quais a criação de um cais
108 provisório na estação do Campo Grande, aumentando as condições de segurança e possibilitando
109 uma maior fluidez de entradas e saídas dos comboios da linha verde, e o reforço da informação e
110 apoio aos utentes, nos locais afetados, assim como nas circulações confluentes, a implementação

CP MNR
João

111 diária de autocarros entre os troços interrompidos todos os dias da semana e no horário completo
112 no horário de funcionamento do metro, das 6h30 até à 1h00, estes autocarros específicos estão
113 apenas previstos para as horas de ponta, os circuitos complementares, nomeadamente entre
114 Telheiras, Campo Grande, Cidade Universitária e Entre Campos, e entre o Cais do Sodré e o
115 Terreiro do Paço, a exemplo das soluções encontradas pela TML/Carris/Metropolitano para a
116 ligação entre o Cais do Sodré e Algés aquando do encerramento da linha da CP, e a garantia de
117 uma efetiva articulação entre as diversas entidades, CML, Metropolitano de Lisboa, CP e TML,
118 sobre a planificação das obras na cidade, bem como as soluções alternativas de transporte público,
119 de forma a minimizar os impactos na mobilidade da cidade.

120 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

121 **Ricardo Duarte** Partilhavam da visão apresentada nesta moção, revia-se neste constrangimento,
122 era complicado entrar e sair na mesma plataforma, a situação criada não foi claramente prevista
123 e nesse sentido iriam votar a favor.

124 **Presidente da Assembleia** Passou à votação da moção, ao qual foi aprovada por unanimidade.
125 Passou à recomendação “Equidade no trato dos espaços verdes na Freguesia de Santa Clara”,
126 apresentada pelo Chega. Deu a palavra ao Sr. Manuel Nascimento.

127 **Manuel Nascimento** Esta recomendação é sugerida a equidade no trato dos espaços verdes na
128 Freguesia de Santa Clara, segundo testemunhos vários não existe uma equidade no trato dos
129 espaços verdes, tomavam como bom exemplo os jardins de Santa Clara e menos bons exemplos
130 em outras zonas, como a Torrinha, a Rua Maluda, entre outros, aquilo que recomendam é que o
131 Executivo use das suas competências e possibilidades para assegurar que os espaços verdes de
132 toda a freguesia sejam tratados com a devida equidade, tendo a zona da Ameixoeira como
133 referência e como modelo a seguir, e que o Executivo apresente na próxima assembleia, na
134 próxima reunião ordinária um ponto de situação sobre os esforços realizados e planeamento
135 proposto, e que esta recomendação seja divulgada nos canais dedicados ao esclarecimento dos
136 habitantes de Santa Clara.

137 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

138 **Rogério Santos** O PS tem visto que há equidade no tratamento das várias partes da freguesia,
139 sem dúvida que em algumas tem mais dificuldade do que outras, umas áreas já estão consolidadas
140 e outras estão em fase de consolidação, e a Junta tem tratado dos espaços com a dignidade que a
141 Freguesia merece, e por isso vão votar contra a recomendação.

142 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

143 **Ricardo Duarte** A desigualdade no tratamento das várias áreas da freguesia não é novidade, há
144 vários anos que o BE alerta para esta disparidade, como tal e em coerência com a posição do BE,
145 irão votar favoravelmente a esta recomendação, ainda que o ponto 3 seja desnecessário, porque
146 precisamente pela ação do BE, esse ponto já foi ultrapassado e neste momento as coisas já são
147 publicadas, e de salientar a curiosidade, porque parece que a ação do BE, nesta assembleia, serve
148 de inspiração nos documentos do Chega.

149 **Presidente da Assembleia** Passou à votação do ponto 1 da recomendação, ao qual foi rejeitada
150 por maioria, com 6 votos contra do PS, 5 abstenções, 2 do PSD, 2 do PCP e 1 do CDS-PP, e 2
151 votos a favor, 1 do BE e 1 do Chega. Passou ao ponto 2 da recomendação, ao qual foi rejeitado
152 por maioria, com 6 votos contra do PS, 6 abstenções, 2 do PSD, 2 do PCP, 1 do CDS-PP e 1 do
153 BE, e 1 voto a favor do Chega. Passou à votação do ponto 3 da recomendação, ao qual foi
154 rejeitada, com 8 votos contra, 6 do PS e 2 do PCP, 4 abstenções, 2 do PSD, 1 do CDS-PP e 1 do
155 BE, e 1 voto a favor do Chega. Passou à recomendação “Apresentação de contas à Junta de
156 Freguesia das instituições beneficiárias de verbas e fundos”. Deu a palavra ao Sr. Manuel
157 Nascimento.

158 **Manuel Nascimento** O propósito desta recomendação é ajudar as instituições recreativas,
159 culturais e desportivas da Freguesia a gerirem muito melhor as verbas que lhe são facultadas pela
160 Junta de Freguesia, até porque têm consciência de alguns desastres financeiros que têm ocorrido
161 e o propósito seria, nesta altura de crise, otimizar os recursos financeiros de todos, por isso
162 recomenda que todas as associações culturais, recreativas e desportivas, no final de cada ano
163 fiscal, apresenta um relatório específico, justificativo e informativo referente à forma como
164 investiram as verbas e os fundos atribuídos pela Junta de Freguesia de Santa Clara.

165 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Mafalda Lobo.

166 **Mafalda Lobo** O PSD vai votar favoravelmente, mas lembrava que na assembleia de freguesia
167 de Dezembro de 2022, o PSD já tinha feito referência que era necessária que fosse disponibilizada
168 a esta assembleia uma listagem das associações beneficiárias das ajudas por parte da Junta de
169 Freguesia, e a Sra. Presidente da Junta ficou de disponibilizar a esta assembleia, e o PSD continua
170 a aguardar, porque achavam que podia não haver alguma equidade na distribuição de algumas
171 dessas verbas e talvez algumas estejam a beneficiar mais do que outras, teve conhecimento porque
172 visita algumas destas instituições e há uma inclusive que tem um grande trabalho nesta freguesia,
173 muito meritosa e de grande ajuda social a pessoas carenciadas, que fazem a ponte para a
174 Segurança Social e outras entidades para ajudar as famílias mais carenciadas nesta freguesia e se
175 não fosse no âmbito dos programas e projetos, como por exemplo a Alta Autoridade do
176 Comissariado das Migrações, teriam poucos recursos para fazer face às despesas que enfrentam
177 neste momento, e pediu uma prova daquilo que lhes era dado pela Junta de Freguesia, e houve
178 uma associação que apresentou um donativo para o ano inteiro de 750 euros, e o PSD acha que
179 isso é insuficiente, uma vez que esta freguesia tem muitas famílias carenciadas, e se calhar a Junta
180 de Freguesia poderia fazer um pouco mais de esforço para poder chegar a estas associações, pelo
181 menos as de cariz social, e não tentando só manter as ajudas à parte desportiva e cultural, que
182 também são essenciais, mas numa altura em que enfrentam estes desafios e estas graves carências
183 económicas derivado à inflação, essas famílias podiam ser um pouco mais beneficiadas em prol
184 dessas outras associações.

185 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

186 **Ricardo Duarte** Deve haver um equívoco da parte do PSD, porque a lista com os valores já foi
187 apresentada, o Chega demonstra estar atento aquilo que vão solicitando, mas talvez tivessem
188 percebido mal qual era a ideia do que lhes parecia ser o correto, não tanto o relatório mas seria
189 importante haver critérios claros, específicos para que as associações saibam o que é que têm de
190 cumprir e que sejam públicos, para poderem junto da Junta de Freguesia solicitar os apoios, para
191 que não fique a suspeição que há umas associações mais beneficiadas do que outras, aquilo que
192 foi apresentado é um pouco como construir a casa pelo telhado, estavam a pedir um relatório que
193 nem sequer era público nem quais os critérios que a associação se propõe, primeiro tem que haver
194 uma candidatura por parte da associação que tem de se propor a fazer algo, e depois poderá até
195 ser fiscalizado, e voltavam a afirmar aquilo que já solicitaram mais do que uma vez ao Executivo,
196 até a tipo de conselho, o que tornariam as coisas muito mais claras, e uma vez estabilizado esse
197 passo, poderá fazer sentido uma fiscalização da sua execução. Irá votar contra

198 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

199 **Rogério Santos** Sobre a transparência dos subsídios, é público, são sempre publicados no boletim
200 com os valores atribuídos a cada instituição. Quanto aos apoios, a Junta nunca deu os apoios sem
201 as contrapartidas em termos de execução das atividades, até porque têm que saber como têm que
202 dar os apoios, e obrigatoriamente têm que enviar um relatório de contas e um plano de atividades
203 e orçamento, de saber se não têm dívidas, com base no relatório das suas atividades é atribuído
204 um subsídio e nesta freguesia não há grande controvérsia em relação aos subsídios que têm sido
205 dados, mas para melhorar a situação e os critérios serem mais objetivos, está-se a fazer um
206 regulamento mais pormenorizado, o Executivo tem a noção do trabalho das associações em prol
207 da comunidade, o PS está atento e distribui os subsídios em função das atividades em prol da
208 comunidade.

209 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Helena Silva.

210 **Helena Silva** O PCP irá votar contra esta recomendação porque a intenção está invertida,
211 congratulavam-se em haver um regulamento em construção, que estas questões sejam clarificadas
212 e transparentes, havendo requisitos para a candidatura e atribuição de apoios, e depois na prática
213 verão como funcionará, mas não podiam estar a começar pelo fim o que no início não está
214 transparente.

215 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Manuel Nascimento.

216 **Manuel Nascimento** Não está escrito em nenhuma parte do documento fiscalizar as instituições,
217 o propósito será sempre ajudar, a exemplo o Reguengo, que é uma associação que está semifalida
218 e acreditavam que com o devido acompanhamento, com mais alguma sapiência e informação
219 certamente, evitariam que essa ou outras coletividades seguissem pelo mesmo rumo.

220 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

221 **Presidente da Junta** A divulgação pública sempre é feita anualmente de todos os donativos que
222 são efetuados às instituições, para além desses também são feitos de outras formas de apoio, com
223 os vários serviços da Junta que não vêm expressos nessa divulgação, mas isso acontece durante o
224 ano inteiro e variadíssimas vezes por ano, por outro lado não estavam a atribuir os donativos de
225 uma forma “ad hoc”, baseavam-se em critérios e concordava que estes critérios tinham que ser
226 mais explicitados, e daí a elaboração de um regulamento que está a ser feito e em complemento
227 ao que disse o Sr. Eng. Rogério Santos, não está só a ser feito como vai ser apresentado na próxima
228 reunião de Executivo, que é quarta-feira, já tem uma data muito concreta, a questão da
229 regulamentação não é específica destas situações, é de várias outras situações, e esta junta de
230 freguesia tem tido esse problema em múltiplas questões, não era fácil produzir regulamentação
231 mas estavam a fazê-lo.

232 **Presidente da Assembleia** Passou à votação da recomendação, ao qual foi rejeitada por maioria,
233 com 10 votos contra, 6 do PS, 2 do PCP, 1 do CDS-PP e 1 do BE, e 3 votos a favor, 2 do PSD e 1
234 do Chega. Passou à recomendação “Referendo para que o Executivo encete esforços com vista à
235 implementação de sistemas CCTV na Freguesia de Santa Clara”. Deu a palavra ao Sr. Manuel
236 Nascimento.

237 **Manuel Nascimento** Segundo testemunho do comandante da esquadra afeta à freguesia de Santa
238 Clara, a criminalidade na freguesia tem vindo a aumentar, estavam inseridos em contexto
239 democrático e a voz do povo deve ser soberana, recomenda que o Executivo, dentro das suas
240 competências, use da máxima diligência e seriedade para promover um referendo sobre o tema,
241 onde irá permitir que seja a população a decidir se gostaria de ver instalado os circuitos CCTV
242 sugeridos pelas autoridades competentes da freguesia.

243 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Andreia Cordeiro.

244 **Andreia Cordeiro** Como moradora na freguesia, não estava de acordo com a instalação de
245 videovigilância, se era para instalarem, era para instalarem na cidade inteira. O CDS-PP vai votar
246 contra.

247 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Helena Silva.

248 **Helena Silva** A posição do PCP sobre esta matéria é sobejamente conhecida, e escusava de repetir
249 aquilo que o seu camarada Bruno Rolo tem feito na última assembleia e em outras assembleias
250 em que esta questão foi colocada, naturalmente votarão contra esta recomendação, porque nem é
251 com o acrescento da promoção de um referendo para que a situação se resolva, a questão de fundo
252 à partida estava errada.

253 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

254 **Ricardo Duarte** Mais uma vez tinham a base de uma opinião de uma pessoa que certamente lhes
255 merecia todo o respeito, mas era uma opinião, não se assumem as coisas com base em opiniões,
256 mas com factos, estudos e etc, se houve algum estudo por trás, certamente não houve, era só uma
257 opinião, e se sim, pretendia que dissesse qual era o estudo, quanto às prioridades de combate à
258 criminalidade, passa por uma sociedade justa em que ninguém fique para trás, porque para o
259 proponente passa pela repressão, e por outros métodos com os quais não se revêm, quanto à
260 proposta em si, seria para toda a freguesia? Seria só em algumas áreas e quais os custos de
261 implementação, tanto na instalação e operação na mesma, qual a rubrica orçamental que o Chega
262 estava disposto a sacrificar para este desígnio? Estas coisas eram para ser levadas a sério, estas
263 coisas têm que ser pensadas e fundamentadas e assentes em factos e não em suposições.

264 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Rogério Santos.

265 **Rogério Santos** O PS acaba por não perceber esta recomendação, porque era exatamente igual à
266 anterior, só com uma mudança de palavras apresentada pelo Chega na assembleia anterior e que
267 foi rejeitada, o que lhes parecia era que em todas as assembleias em que era rejeitada uma
268 recomendação, o Chega muda as palavras e volta a apresentar, não há mais nada a acrescentar,
269 porque foi tudo dito na última assembleia e o PS vota contra e esperava que o Chega não voltasse
270 a apresentar na próxima assembleia outra recomendação.

271 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Manuel Nascimento.

272 **Manuel Nascimento** Em resposta ao Sr. Ricardo Duarte, quando lhes é ensinado que copiar é
273 mau, é na escola, de resto copiar é bom, mas copiar boas práticas, porque os problemas em Santa
274 Clara são tão notórios que era quase impossível não falar de casos similares, do que defenderem
275 algumas causas de forma igual, em relação aos estudos que são feitos, para si basta-lhe falar com

276 alguém credível que é o comandante da esquadra da PSP afeta à freguesia, para saberem que
277 devido a estudos que eles fizeram, realmente existe um maior índice de criminalidade na
278 Freguesia, convidava-os a passar pela esquadra para falarem com os agentes da PSP e sintam
279 aquilo que não são meras opiniões, tudo aquilo que se pretende não é reprimir o que quer que
280 seja, falavam ali constantemente da linha circular, falavam constantemente não ser da
281 competência mas esta forma de fazer política é que faz com que Santa Clara continue exatamente
282 na mesma, quando todos os que estão na sala tomarem consciência que a mudança de Santa Clara
283 deve vir de dentro para fora e não de fora para dentro, as pessoas lá fora vão começar a olhar para
284 Santa Clara de forma certamente diferente, de forma mais humana, no que diz respeito ao PS, o
285 Sr. Eng. Rogério Santos tem uma forma de equidade diferente da sua, mas teria todo o gosto em
286 levá-lo pela Freguesia a mostrar-lhe espaços verdes bem cuidados e espaços verdes
287 negligencialmente mal tratados, para que tenha consciência o que a equidade e imparcialidade, na
288 assembleia anterior foi uma recomendação para que Executivo encetasse esforços para e o que
289 foi apresentado nesta assembleia foi uma proposta de referendo, o Sr. Eng. Rogério tinha dito que
290 a videovigilância violaria o direito das pessoas, então porque não dar às pessoas de escolherem
291 até que ponto essa liberdade é mesmo violada ou não.

292 **Presidente da Assembleia** Passou à votação da recomendação, ao qual foi rejeitada por maioria,
293 com 12 votos contra, 6 do PS, 2 do PSD, 2 do PCP, 1 do CDS-PP e 1 do BE, e 1 voto a favor do
294 Chega. Passou ao ponto C da Ordem de Trabalhos – Ordem do Dia. Passou ao ponto 1 da Ordem
295 do Dia - Apresentação e votação da Minuta do Contrato de Delegação de Competências no âmbito
296 da recolha de resíduos indevidamente depositados junto aos ecopontos. Deu a palavra à Sra.
297 Presidente da Junta.

298 **Presidente da Junta** Os pontos 1, 2, 3 e 4, embora sejam sobre temáticas diferentes, reportam-
299 se a contratos de delegação de competências entre a CML e a Junta de Freguesia, e nesse sentido
300 fazia uma exposição conjunta para economia de tempo. No âmbito da reorganização
301 administrativa da cidade de Lisboa, uma das prerrogativas dessa posição foi o aumento das
302 competências para as juntas de freguesia, umas delas são competências próprias, ficaram
303 assumidas como tal, outras não são competências próprias, são competências delegadas, dessas
304 competências delegadas, algumas são ocasionais ao longo do tempo, outras delas têm um carácter
305 de periodicidade, nessa periodicidade, uma é anual e outra corresponde ao tempo de duração de
306 um mandato, por isso mesmo, nesta altura apresentavam a esta assembleia os CDC, que são 4
307 grupos de contratos, o procedimento normal é haver um acordo entre a Junta de Freguesia e a
308 CML, resultante de uma identificação de necessidades por parte da Junta de Freguesia, de uma
309 proposta da Junta de Freguesia à CML e de um acordo da CML sobre a necessidade de realização
310 destas obras e da atribuição de uma verba, segue-se em sede de Executivo a aprovação de uma
311 proposta nesse sentido, o passo a seguir devia ser a vinda à Assembleia de Freguesia para a
312 ratificação de um acordo feito entre a CML e a Junta, acordado em reunião de Executivo e a
313 última fase seria a formalização do acordo entre a Junta de Freguesia e a CML, já estavam bastante
314 atrasados em relação aos contratos do mandato, que começou em 2021 e há necessidade de
315 implementar as obras acordadas, a CML entendeu por bem fazer uma reunião com as juntas, em
316 que os presidentes de junta assinaram os acordos que já tinham previamente acordados, assinatura
317 essa condicionada à ratificação nas assembleias de freguesia, o processo decorreu normalmente,
318 em bom diálogo e assinaram os protocolos nos termos que são ali apresentados, com a condição
319 da aprovação da assembleia de freguesia, os membros da assembleia podem não considerar serem
320 as situações ideais, podem não ser as transferências desejáveis, porque muitas delas deveriam ser
321 já competências próprias da Junta, até para evitar esta dificuldade de interpretação por parte da
322 população de quem compete o quê, isto queria dizer que o processo de delegação de competências
323 precisa de ser afinado, precisavam de caminhar no sentido de atribuir às juntas de freguesia mais
324 competências próprias, até porque já demonstraram durante estes anos terem capacidade para o
325 fazer, e por outro lado pela sua proximidade e celeridade com que atuam, estavam mais em
326 condições de responder com mais eficácia às necessidades da população, estavam a caminhar
327 nesse sentido mas até lá são apresentados estes quatro contratos, que no seu conjunto em que
328 primeiro se refere à recolha de resíduos indevidamente depositados junto dos ecopontos, no valor
329 de 25 mil euros, o segundo é a cooperação no âmbito da higiene urbana, com incidência na
330 limpeza das vias e espaço público, no valor de 120 mil euros, o terceiro, que é mais abrangente,

331 refere-se a vários itens que acordaram com a CML, aparecem mais detalhados e este contrato
332 tem um valor de 1.640.700 euros, com IVA incluído, e o quarto contrato é um contrato
333 administrativo de cooperação do domínio de equipamentos urbanos, tempos livres e desporto no
334 valor de 41.169,85 euros.

335 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

336 **Ricardo Duarte** Isto vinha tudo da reforma administrativa de 2012 e começou com a passagem
337 de competências sem o respetivo envelope financeiro e isto repete-se ano após ano, que era fazer
338 umas delegações de competências, outras mais claras e outras menos claras, para que as juntas
339 possam ter o dinheiro para as competências que foram transitadas, pode ser que uma dia a Junta
340 tenha as competências e respetivo envelope financeiro para fazer face, como era dinheiro que
341 fazia falta à Freguesia e eram obras que faziam falta à Freguesia, embora não concordassem com
342 todo o processo e com a forma que se vem arrastando, inclusive a sra. Presidente da Junta
343 demonstrou qual era um dos problemas, que bastava que o Executivo da CML estivesse um pouco
344 mais lento e as freguesias têm problemas, porque o dinheiro não chega, e isto não podia ser assim
345 porque as competências tinham que ser claras, e assumidas sempre e não em avulso, e não
346 mediante a disposição ou competência do Executivo, têm este problema base, não votarão a favor
347 mas também não iam obstaculizar os fundos necessários à freguesia, e optarão pela abstenção.

348 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Helena Silva.

349 **Helena Silva** Em termos gerais, as delegações de competências à peça trazem sempre problemas,
350 nomeadamente assimetrias em todas as freguesias, no que diz respeito à freguesia de Santa Clara,
351 o que os preocupa era no primeiro contrato não havia mal esta competência ser delegada para a
352 Junta de Freguesia, no entanto é necessário que a tarefa a cumprir da recolha seja efetivamente
353 concretizada e da mesma forma em toda a freguesia, porque depois estas tarefas serem atribuídas
354 à Junta é gerador também de assimetrias e de discriminações entre os fregueses, que já foi
355 colocado por diversas vezes sobre os mais variados assuntos, que significa que para além de
356 potenciar assimetrias e discriminações, não eram favoráveis mas não viam mal que essa
357 competência seja assumida pela Junta, e estariam para ver se o trabalho era efetivamente
358 elaborado de forma igual para toda a freguesia e estarão para fiscalizar esse mesmo trabalho e
359 para o denunciar se não estiver a ser feito de forma conveniente, até porque a experiência nesta e
360 noutras situações tem demonstrado uma verdadeira dualidade na atuação da Junta de Freguesia,
361 consoante a zona da freguesia, em relação ao segundo contrato sobre a incidência de limpeza nas
362 vias e espaço público na freguesia era a minuta onde tinham mais dúvidas e há um elemento que
363 os levará a votar contra, porque o valor que é atribuído a cada freguesia ficará indexado à taxa de
364 pressão turística, mas também sabiam da dimensão da freguesia comparativamente com outras,
365 que têm uma pressão turística muito maior que Santa Clara, não lhes parecia justo nem equilibrado
366 que seja feito desta forma, relativamente à competência assumida de limpeza das vias públicas
367 cai no argumento que descreveu face à primeira minuta, e em relação à verba que é atribuída, o
368 critério encontrado não lhes parecia minimamente justo, em relação ao contrato nº 3 e também o
369 4º contrato, não iam obstaculizar que estes contratos se concretizem e que ganhem vida, mas
370 andarão a ver se o trabalho é feito, em relação à minuta dos territórios, a dúvida que pretendiam
371 colocar era qual era a prioridade das intervenções, não estava devidamente priorizado essa
372 questão, e saber também quais os critérios considerados para gerar as prioridades consoante a lista
373 apresentada, em relação à minuta dos equipamentos urbanos, tempos livres e desporto, votarão a
374 favor, e estarão atentos a tudo o que será feito, na alínea i dos considerandos diz que o objetivo
375 era manter os equipamentos desportivos em funcionamento para plena fruição de todos os
376 lisboetas em perfeitas condições de segurança e salubridade, e sobre isto estavam de acordo,
377 quanto aos equipamentos que estão descritos, o polidesportivo municipal das torres Edifer e o
378 pequeno campo de jogos municipal da Torrinha, em relação ao das torres Edifer, a questão foi
379 levantada na última assembleia, porque aparentemente o campo estaria fechado e não seria
380 possível aceder ao mesmo, e foi explicado que cada vez que estava aberto, era vandalizado, foram
381 retiradas as balizas e etc, ia-se receber o dinheiro para se manter exatamente como está? Porque
382 foi a Junta que retirou as balizas, pelo que perceberam do esclarecimento, este polidesportivo está
383 fechado há muito tempo, a verba que é disponibilizada parecia-lhes completamente insuficiente
384 para as intervenções que têm que ser feitas, pretendia saber quais as intervenções que serão feitas
385 e se o mesmo se vai manter aberto, até porque a verba que está a ser disponibilizada é para o

386 mesmo, o pequeno de campo de jogos municipal da Torrinha, a verba que está acordada não dá
387 para fazer uma intervenção neste equipamento, está fechado há muitos anos e aquilo que estava
388 previsto, segundo informação é a construção de um novo campo aquando da construção das
389 infraestruturas do plano de legalização da AUGI da Torrinha, pretendiam saber era se este
390 investimento era mesmo para ser feito.

391 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

392 **Presidente da Junta** Pretendia introduzir uma alteração em relação ao ponto 1, a verba total são
393 100 mil euros e não 25 mil euros, 25 mil euros é uma tranche e são quatro tranches. A priorização
394 das necessidades estão numa relação a apresentar à CML, o objetivo neste mandato foi atuar com
395 toda a prioridade nas zonas limítrofes da Freguesia, por contraponto a outras intervenções que
396 foram feitas nas zonas mais juntas ao metro da Ameixoeira, na listagem constante do documento
397 é quase em absoluto direcionada para as zonas mais periféricas da Freguesia, à exceção daquele
398 edifício na Estrada de São Bartolomeu que foi atribuído pela CML à Junta que é para o projeto
399 “Um teatro em cada bairro”, a Junta tinha essa ideia, a CML também, está o valor atribuído de
400 300 mil euros, que não deve chegar, mas a obra vai-se fazendo, o que lhe foi dito quando fez a
401 observação que a verba não deveria chegar, não foi negada a possibilidade de um apoio
402 suplementar, em termos de localização, é direcionada para as zonas mais periféricas da freguesia,
403 e o timing que têm é o resto do mandato, e vão fazendo conforme as situações se revelarem mais
404 prioritárias e também quando houver conveniência em juntar equipamentos da mesma natureza
405 para efeitos de contratação pública dos serviços.

406 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. David Ferreira.

407 **David Ferreira** Relativamente ao polidesportivo das torres Edifer e ao campo de jogos da
408 Torrinha, pretendia ser esclarecido sobre o que se ia fazer e se valeria a pena ou não.

409 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

410 **Presidente da Junta** O campo de jogos da Torrinha está inserido numa AUGI, trata-se de um
411 equipamento que certamente sofrerá uma evolução equiparada com a evolução que tiver ou não
412 tiver a AUGI, esperavam que tivesse uma evolução muito favorável no seu todo, assim como
413 todas as AUGI da Freguesia, porque são coisas extremamente importantes, mas não estava ali
414 considerado exatamente por isso, das torres Edifer já foi ali falado em outras vezes, a questão que
415 subsiste é que a Junta de Freguesia fez um inquérito à população para se pronunciar sobre a sua
416 preferência em relação ao campo ali existente, se preferiam que ele funcionasse ou não
417 funcionasse, as opiniões são muito divergentes, não se podia tirar daí nenhuma conclusão, iam
418 acabar por ter que fazer alguma coisa, provavelmente porem o campo a funcionar e depois sabem
419 que vão estar sujeitos a reações, quando dizem que as verbas são muito baixas, também
420 concordava, mas esta junta de freguesia nunca deixou de fazer as coisas por falta de verba, até
421 têm dinheiro da própria junta de freguesia, não seria por aí que o trabalho não seria feito, poderia
422 ser por outros motivos, porque cumprir estes acordos não ia ser fácil, porque o mercado estava
423 muito saturado com obras, era muito difícil a contratação de serviços como é muito difícil a
424 obtenção de material, porque há muita escassez de material exatamente porque estão muitas obras
425 a decorrer, e também porque muito do pessoal ligado às obras acabou por se afastar, ou porque
426 emigraram ou porque se reformaram ou outra situação, e por isso não era fácil realizar estas
427 atividades em tão curto espaço de tempo, e ainda também por outro motivo, que são os
428 procedimentos exigíveis na contratação pública e que são muito demorados, iam fazer os
429 possíveis para cumprir este programa para bem da Freguesia para não perderem estas verbas.

430 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.

431 **Ricardo Duarte** Estavam previstas medidas para acalmia de trânsito na Rua Hein Semke e na
432 Estrada de São Bartolomeu, pretendia saber porquê só a Hein Semke se havia outras que já vinham
433 sendo alertadas, porque a Rua João Amaral tem velocidades bem mais perigosas e saber também
434 como isto foi ultrapassado, se é a Junta que vai fazer as medidas de acalmia ou se teria de ser a
435 divisão de trânsito da CML, e pretendia saber se as outras ficaram no esquecimento.

436 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.

437 **Presidente da Junta** A Junta de Freguesia nunca pode intervir no espaço público sem autorização
438 da CML, nos CDC estão contemplados que têm que elaborar projetos para cada um deles e obter
439 a respetiva aprovação, neste momento estavam a negociar com a CML contratos de delegação de
440 competências e a atribuição de verbas para esse fim, sem delegação de competências o que

441 poderiam fazer era solicitar à CML que fizesse as obras, porque a Junta não tem essa competência,
442 e se neste momento tem foi porque a Junta propôs no âmbito do CDC e esse foi aprovado pela
443 CML, na Estrada de São Bartolomeu será implementado um modelo que a CML já tem previsto,
444 assim como na Hein Semke e vai ser a CML a dizer como vão fazer, ao longo destes anos a
445 Assembleia pronunciou-se várias vezes sobre as zonas mais vulneráveis e perigosas e da
446 necessidade de intervenções, a Rua João Amaral é uma delas, a Junta nessas circunstâncias,
447 naquilo que lhe competia fazer, foi passar a informação para quem de direito, solicitando-lhe a
448 respetiva intervenção e fê-lo várias vezes, neste contexto atual a Junta de Freguesia, no âmbito
449 dos acordos de cooperação, propôs-se a própria Junta fazê-la, mediante uma proposta de
450 intervenção autorizada pela CML, a Junta não pode propor todas as intervenções necessárias
451 como não pode propor no seu conjunto CDC's todas as intervenções necessárias na Freguesia,
452 teve que escolher algumas, não foi só a nível da segurança rodoviária, foi a todos os níveis,
453 tiveram que fazer vários cortes e foi fruto de uma negociação, quando apresentaram a primeira
454 proposta, implicava mais de 4 milhões de euros, neste momento estava muito menos porque foi
455 fruto de uma negociação, não querendo dizer que tivesse sido beneficiado estas zonas, a CML
456 resolveu atribuir 50 milhões de euros para este tipo de contratos ao conjunto das 24 freguesias, à
457 Junta não poderia ser atribuído os 4 milhões de euros, a CML adotou alguns critérios para atribuir
458 mas não fechou a porta a um eventual acréscimo de custos se eles forem bem fundamentados e se
459 a CML assim o entender, a Junta não podia pôr tudo o que queria e se tivessem optado as
460 intervenções no âmbito da segurança rodoviária, não poderiam ter outros.

461 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. David Ferreira.

462 **David Ferreira** Pretendia saber qual foi o critério para escolher a rua x e não a y, porque na
463 Freguesia há várias vias de circulação com as mesmas questões e até pior, e se foi a Junta que
464 sinalizou estas duas ruas e não outras, pretendia saber o mecanismo de terem sido escolhidas estas
465 duas ruas.

466 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Helena Silva.

467 **Helena Silva** Já entendeu que essa lista está fechada, o que é que foi considerado prioridade ou
468 não, o Sr. Ricardo Duarte deu como exemplo a Rua João Amaral, mas há outras ruas que são
469 potencialmente perigosas para os transeuntes, se há questões de segurança que estão ali colocadas,
470 porque é que não pesou, se a Junta instou a CML e já colocou várias vezes à CML essa necessidade
471 de intervenção, porque recai sobre a competência da CML, o que pretendiam saber é que resposta
472 é que a CML deu até agora, porque não basta instar a CML, é preciso saber qual a decisão da
473 CML e qual era a justificação que a CML dava de ainda não ter intervencionado estas vias.

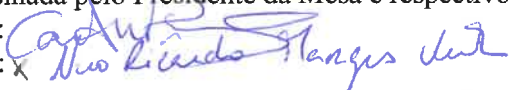

474 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Carlos Brandão.

475 **Carlos Brandão** Em relação à Rua João Amaral, foi apresentado o projeto à CML para a
476 colocação de semáforos, a resposta foi que vai haver um novo projeto com uma nova geometria,
477 com redução da faixa de rodagem e com ciclovia, não fazia sentido o investimento de mais de 50
478 mil euros, que mais tarde ser destruído, a Rua Maluda era outra rua identificada, vai haver uma
479 rotunda que vai fazer uma acalmia de tráfego, a Rua Hein Semke foi escolhida mas também há
480 outras assinaladas, escolheram o PER6, na Avenida Glicínia Quartin vai haver outro perfil de
481 arruamento, a CML vai fazer a intervenção, o Alto de Chapeleiro novo vai levar medidas de
482 acalmia de trânsito, a Estrada do Desvio também é uma zona muito sensível, a EMEL vai fazer
483 um novo traçado e em princípio o trânsito vai ficar mais calmo, a SGAL fez um perfilamento de
484 acalmia de trânsito.

485 **Presidente da Assembleia** Passou à votação do documento nº 1 da minuta de CDC “Resíduos
486 junto aos ecopontos”, o qual foi aprovado por maioria, com 10 votos a favor, 6 do PS, 2 do PSD,
487 1 do CDS-PP e 1 do Chega, e 2 abstenções, 2 do PCP e 1 do BE. Passou à votação do documento
488 nº 2 da minuta de CDC “Higiene Urbana”, ao qual foi aprovado por maioria com 10 votos a favor,
489 6 do PS, 2 do PSD, 1 do CDS-PP e 1 do Chega, 2 votos contra do PCP e 1 abstenção do BE.
490 Passou à votação do documento nº 3 da minuta de CDC “Territórios”, ao qual foi aprovado por
491 maioria com 11 votos a favor, 6 do PS, 2 do PSD, 1 do CDS-PP e 2 do PCP, e 2 abstenções, 1 do
492 Chega e 1 do BE. Passou à votação do documento nº 4 da minuta de CDC “Equipamentos
493 urbanos”, ao qual foi aprovado por maioria com 11 votos a favor, 6 do PS, 2 do PSD, 1 do CDS-
494 PP e 2 do PCP, e 2 abstenções, 1 do Chega e 1 do BE. Passou ao ponto nº 5 da Ordem do Dia -
495 Apresentação, discussão e votação da 2ª Alteração Modificativa ao Orçamento de 2023 e a 2ª

N.ª
Jesús

- 496 Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento em 2023. Deu a palavra à Sra.
497 Presidente da Junta.
- 498 **Presidente da Junta** Foi necessária a apresentação deste orçamento retificativo para se poderem
499 introduzir os valores das receitas respeitantes aos contratos de delegação de competências, a partir
500 daí decorre a distribuição da receita pelas diversas rubricas.
- 501 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.
- 502 **Ricardo Duarte** Há algumas verbas de valor significativo, na parte dos serviços gerais, existe
503 200 mil euros de reforço referente a instalação de serviços, a que é que se referia, no desporto há
504 uma inscrição de 441 mil euros e 375 mil euros, pressupõe que seja a instalação dos painéis solares
505 na Piscina, pretendia ser esclarecido, em planeamento e transportes volta a aparecer instalações
506 recreativas e desportivas, pretendia saber porque é que se repete no valor de 96 mil euros e 110
507 mil euros.
- 508 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Luís Araújo.
- 509 **Luís Araújo** Na pág. 4 da 2ª Alteração Modificativa, na questão das instalações de serviços na
510 orgânica 01 tem a ver com a requalificação do edifício situado na Estrada de São Bartolomeu,
511 com o valor de 200 mil euros, na orgânica do Desporto, na Piscina tinham os painéis solares, a
512 bomba de calor e filtros de água no valor de 375 mil euros, assim como o valor de 66 mil euros
513 no projeto “Territórios Saudáveis”, em relação à questão de haver duas rubricas muito idênticas
514 em termos de desporto, uma tinha a ver com edifícios e outra com equipamentos abertos, como
515 eram rubricas diferentes, e em termos orçamentais estava numa outra rubrica, acerca da rubrica
516 dos 96 mil euros, ela estava distribuída pelos projetos 52, 53, 54 e 55 do TPI, que tinha a ver com
517 equipamentos de fitness no Bairro dos Sete Céus, cujo valor é 50 mil euros, um outro projeto é
518 colocação de arte urbana no pavimento no parque urbano do Reguengo, cujo valor é 30 mil euros,
519 pintura de fachada de edifício com arte urbana na Rua Fernando Cabral com o valor de 10590
520 euros, e também tinham tratamento de relvado no jardim Maria Luz Ponces de Carvalho com o
521 valor de 6 mil euros.
- 522 **Presidente da Assembleia** Passou à votação, ao qual foi aprovado por maioria, com 7 abstenções,
523 2 do PSD, 1 do CDS-PP, 2 do PCP, 1 do Chega e 1 do BE e 6 votos a favor do PS. Passou ao
524 ponto nº 6 da Ordem do Dia - Apresentação, discussão e votação da 1ª Alteração do Mapa de
525 Pessoal da Freguesia para 2023. Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.
- 526 **Presidente da Junta** O mapa de pessoal corresponde às necessidades decorrentes do plano de
527 atividades, em termo de número de trabalhadores é exatamente o mesmo número, precisam de
528 acrescentar mais uma pessoa nos quadros superiores, porque houve um funcionário que tinha
529 pedido uma licença sem vencimento prolongada e achava que não regressaria mas regressou e
530 tiveram que ajustar o mapa de pessoal a essa situação, por outro lado não foi confirmada a
531 mobilidade de um outro funcionário.
- 532 **Presidente da Assembleia** ...inaudível desde 1:37:37 a 1:38:39. Deu a palavra à Sra. Presidente
533 da Junta.
- 534 **Presidente da Junta** Em relação à rubrica do desporto, estavam previstos 3 quadros superiores,
535 2 ocupados e 1 vago, mas foi precisamente nesta área que um trabalhador estava em mobilidade
536 e regressou, e depois teve que ser alterado mais um trabalhador, porque ele é de gestão desportiva,
537 poderia entrar no desporto onde ele estava antes da mobilidade, mas depois da mobilidade está na
538 área social, noutras funções.
- 539 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra.. Manuela Castro.
- 540 **Manuela Castro** O mapa anexo à proposta falta-lhe uma coluna para ser perceptível, a comparação
541 que o mapa tem é com o Dezembro de 2022 e o Dezembro de 2023, e à data que elaboraram o
542 mapa, os quatros lugares estavam ocupados, e no momento a coluna que faltaria no mapa anexo
543 à proposta seria a coluna equivalente ao que está na 1ª página, neste momento dos quatro lugares,
544 estão três ocupados e um vago.
- 545 **Presidente da Assembleia** Passou à votação, ao qual foi aprovado por maioria, com 7 abstenções,
546 2 do PSD, 1 do CDS-PP, 2 do PCP, 1 do Chega e 1 do BE e 6 votos a favor do PS. Passou ao
547 ponto 7 da Ordem do Dia - Apreciação da Informação Escrita da Junta de Freguesia de 1 a 30 de
548 Abril de 2023 e Informação Financeira da Junta de Freguesia de 1 de Janeiro a 30 de Abril. Deu
549 a palavra à Sra. Presidente da Junta.

550 **Presidente da Junta** Foi um período muito curto e não havia nada a realçar, preferia responder a
551 questões que lhe colocassem.
552 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra ao Sr. Ricardo Duarte.
553 **Ricardo Duarte** Em relação às contratações públicas, vem indicada uma consulta prévia e
554 pretendia saber a que se refere.
555 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Presidente da Junta.
556 **Presidente da Junta** Pediu à Dra. Maria do Carmo Lanternas para fazer o esclarecimento.
557 **Presidente da Assembleia** Deu a palavra à Sra. Maria do Carmo Lanternas.
558 **Maria do Carmo Lanternas** Trata-se da aquisição de bens para equipamentos e jardins.
559 **Presidente da Assembleia** Encerrou a sessão.
560 Para que conste, foi por mim elaborada a presente acta, na qualidade de Primeiro Secretário da
561 Mesa da Assembleia de Freguesia de Santa Clara e, para sua inteira fé e validade, depois de lida
562 e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Mesa e respectivos Secretários:
563 O Presidente da Mesa: 
564 O Primeiro Secretário: x 
565 O Segundo Secretário: 